

# Gabinete do Presidente do Estado

## RADIOGRAMMA

Procedencia... PORTO ALEGRE ..... n.º .....

RADIOTELEGRAPHISTA

Caetano

Palacio da Liberdade, de 3.10.930. de 193.....

Revista do Arquivo Público Mineiro

Ensaio

Revista do Arquivo Público Mineiro

105

Flavia Salles Ferro

### Virgílio entre dois mundos

Presidente Estado

Disputas políticas em Minas Gerais e sua projeção no cenário nacional marcaram a trajetória política de Virgílio de Melo Franco durante os anos 1929-1933, período em que o político mineiro oscilou entre os ideais da Revolução de 1930 e o ethos conservador de suas origens oligárquicas.

Bello Horizonte

Situação Porto Alegre terminada. Preso commandante região Gil e todo seu estado maior. Cachoeira, Pelotas, Santa Maria, Alegrete e Uruguayana dominadas. Em varios pontos guarnições teem adherido sem um tiro. Marcha para o Norte começou. Respeitosas saudações.

Virgilio de Mello Franco

> Virgílio Alvim de Melo Franco nasceu em um grupo familiar mineiro que teve importante participação na política nacional.<sup>1</sup> Nesse sentido, Melo Franco pode ser considerado um político tradicional da Primeira República, ainda que tenha participado da Revolução de 1930 e obtido a honrosa alcunha de “tenente civil” por seu destaque no movimento.

No início da década de 1930, Virgílio apoiou o Governo Provisório e foi importante aliado das estratégias políticas de Getúlio Vargas, contribuindo também com a fundação do Partido Social Nacionalista e do Partido Progressista, assim como escrevendo em jornais. Em 1933, disputou a interventoria mineira. Com a indicação de Benedito Valadares para o cargo de interventor, Virgílio rompeu relações com Vargas e se tornou opositor a seu governo, participando nessa condição da Assembleia Constituinte de 1934.

Instaurado o Estado Novo, em 1937, Virgílio afastou-se da política, retornando ao cenário em 1942, quando o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial. No ano seguinte, foi um dos signatários do “Manifesto dos Mineiros” e fundador da UDN, partido em que atuou como primeiro secretário. Afastou-se do cargo em 1946, devido à aproximação da UDN com o governo Dutra. Sua carreira política acabou tendo um desfecho trágico: morreu assassinado em 1948, em razão de um conflito com um ex-empregado.<sup>2</sup>

Em carta a Pedro Aleixo, assim Virgílio de Melo Franco descreveu sua trajetória política:

Lutei quinze anos, sem a falta de um dia; consumi minha mocidade, num esforço hercúleo de sacudir a árvore pra que os outros colhessem os frutos; escrevi na imprensa; fiz discursos; escrevi livros; fiz revoluções e expus a vida e a liberdade; sofri prisões e constrangimentos de toda a ordem; achei-me em tudo e em toda parte, menos na hora de colher os frutos.<sup>3</sup>

O presente artigo tem por objetivo compreender essa trajetória, notadamente entre 1929 e 1933. A escolha desse recorte temporal se deve às mudanças ocorridas no período: Virgílio foi aliado de Getúlio Vargas na Revolução de 1930 e no início do Governo Provisório, mas tornou-se ferrenho opositor desse mesmo governo em 1933.

Virgílio de Melo Franco vivenciou um importante contexto de transformações políticas no cenário brasileiro. Compreender sua trajetória permite ao estudioso avaliar as tensões política desse momento, as mudanças então ocorridas e como nelas se deu sua participação. Dessa forma, serão trazidas à luz contradições, continuidades e rupturas políticas da década de 1930 em Minas Gerais.

### O “Ariel” da Revolução

Em 1929, a partir da formação da Aliança Liberal, Virgílio de Melo Franco iniciou sua participação na política nacional. Nessa coligação, seu papel era o de dialogar entre os participantes, propagandear ideias. Após a derrota de Getúlio Vargas nas urnas, tornou-se articulador do movimento e um dos mais destacados protagonistas da Revolução de 1930. Seu prestígio foi tanto que ficou conhecido como “Ariel” da Revolução. Osvaldo Aranha escreveu sobre Virgílio:

Todos os que fomos parte da Revolução devemos-te admiração, mesmo quando tua voz vier ferir os nossos melindres ou articular as nossas responsabilidades. Mais do que ninguém podias e devias falar. Tua autoridade excede a de todos. Foste uma espécie de Ariel da Revolução. Estiveste em toda a parte, agiste em todas as horas, animaste os vacilantes, recomfortaste os fracos, articulaste os fortes, ligando-nos a todos e em todos os transes.

Ninguém te excedeu moral e materialmente na hora da conspiração. Foste a providencia na crise e a paciência nos momentos de ansiedade. No Rio, em Minas, no Rio Grande, entre militares e civis, entre chefes e soldados, entre políticos e revolucionários, fizeste o milagre da boa vontade, levando o estímulo e confiança por toda a parte. Foste sempre igual. Resolvida a luta, não mudaste mais. Foste sempre o mesmo. Nada alterava a tua vontade nem diminuía a tua fé. Nunca bati em tua porta que não te encontrasse de pé. Poucos homens tem esse condão de viver dentro de um pensamento até vencer. Esse poder íntimo, essa vontade forte e calma, essa força interior, essa “qualidade”, como dizemos no Rio Grande, foi o segredo da tua ação revolucionária. É o dom de crer, de esperar e de realizar. Nele está a alma dos homens fortes. Nele está a tua grande e inalterável alma de revolucionário, que, como certas árvores solitárias, deita raízes na tempestade para poder frutificar na bonança. Era o que eu devia dizer-te, sem forma de prefácio, numa simples carta, fazendo pouco de história e muito de justiça.<sup>4</sup>

A citação acima é parte do prefácio do livro *Outubro, 1930*, escrito por Osvaldo Aranha, em 1931, a pedido de Virgílio. É percebida a admiração de Aranha em relação ao político mineiro. Ele elogia sua participação revolucionária, chegando a chamá-lo de Ariel, fazendo, assim, comparação entre Virgílio e o personagem homônimo do drama de *The Tempest*, escrito por William Shakespeare.<sup>5</sup>

Por meio dessa comparação, Aranha valoriza a participação de Virgílio na revolução, descrevendo-o como peça fundamental para o sucesso do movimento. De fato, há vários indícios que sustentam essa interpretação. Virgílio, no período da formação da Aliança Liberal, era deputado

estadual em Minas Gerais e utilizou a tribuna para defender a candidatura de Getúlio Vargas.

Em certo sentido, esse apoio legitimava, junto a importante setor da oligarquia mineira, a indicação de Vargas para o cargo de presidente da República. Somado a isso, registraram-se em sua atuação inúmeras críticas aos representantes da oligarquia paulista. Em discurso proferido em setembro de 1929, Virgílio criticou Washington Luís, afirmando que, por agir “como uma criança zangada, emburrou, bateu o pé, e diz que quer porque quer. Quer porque quer! A ele não importa que o país esteja cansado, malferido e sangrando ainda. O Brasil, no seu entender, não há de conhecer a liberdade política”.<sup>6</sup>

Virgílio também usou do jornalismo para propagar as ideias aliancistas e refutar as ações de Washington Luís. Entre 1929 e 1930, quando foi constituída a Aliança Liberal e lançada a candidatura de Getúlio Vargas para presidente da República, Virgílio colaborou com jornal *Diário Carioca*, publicando artigos semanais. Tais publicações tratavam de temas políticos, sempre defendendo os interesses aliancistas. Em 1929, Virgílio escreveu artigo de crítica a Washington Luís, afirmando que ele seguia o provérbio francês que dizia “minta, minta, porque sempre alguma coisa há de ficar”.<sup>7</sup> Defendeu, ainda, que o presidente seria julgado pelos historiadores e cronistas do futuro, que lhe fariam a justiça que seus contemporâneos não fizeram.

A função de Virgílio no momento da conspiração foi angariar apoiadores, conversar com os políticos, trocar mensagens entre Antônio Carlos e Epiácio Pessoa. Em Minas Gerais, foi agente de ligação entre o governo de seu Estado e os aliancistas, como é reconhecido nessa autodescrição: “Eu, que era, de certo modo, o agente de ligação do setor mineiro com os demais, vivia todo o tempo em viagens do Rio para Minas e de Minas para S. Paulo e vice-versa”.<sup>8</sup>

Em 1930, Júlio Prestes – candidato do Catete – foi eleito presidente. Como era comum na época, ocorreram fraudes e violências eleitorais, gerando grande descontentamento político entre os adversários. Assim, um grupo de aliancistas, inconformados com a derrota, iniciou conversações com intuito de dar início à revolução. Buscaram aproximação com lideranças da época do movimento tenentista, que ainda era uma força expressiva, devido a sua experiência militar e prestígio político.

Os políticos aliancistas passaram a ser conhecidos como “tenentes civis”.<sup>9</sup> É importante perceber que o termo “tenentes civis” não é ingênuo. Ele reflete a importância desses personagens no movimento, bem como expressa a importância que teve o tenentismo. Ser chamado de “tenente civil” era não apenas valorizar o indivíduo e sua participação, como também realçar o movimento tenentista ocorrido na década de 1920.

Segundo Mário Lanna, “o tenentismo é, antes de tudo, um movimento revolucionário. Como salvador da pátria, denunciava a desmoralização dos costumes políticos pelas oligarquias, que deveriam ser banidas da política, por corromperem as instituições, em específico as forças armadas”.<sup>10</sup> Foi por defender essas propostas tenentistas e o movimento armado, junto aos militares, que Virgílio e outros jovens tornaram-se conhecidos como “tenentes civis”.

Virgílio, além da responsabilidade nos diálogos para que se concretizasse a revolução, desempenhou papel importante nas negociações destinadas a conseguir empréstimo de três mil contos para Minas Gerais, em acordo firmado com os outros Estados que também apoiavam a Aliança Liberal. A esse valor, foram acrescentados outros. Osvaldo Aranha, por exemplo, encomendou armamentos da Tchecoslováquia, no valor de 16 mil contos de réis, sendo seis mil contos como encargo de Minas.

A crise da economia cafeeira deixara as finanças públicas mineiras em más condições, sendo necessário, assim, pedir empréstimos a instituições de outros Estados. Contudo, houve dificuldades em conseguir créditos devido ao receio de que os possíveis financiadores tinham de sofrer represálias do governo federal. Foi, portanto, necessária uma hábil negociação para a obtenção de recursos que financiariam a Revolução de 1930. Nesse contexto, Virgílio de Melo Franco teve um papel de destaque, negociando apoio da Companhia Brasileira de Energia Elétrica, que adiantou três mil contos com base em um contrato que ainda não estava em vigor. Em carta a Lindolfo Collor a respeito desse empréstimo, ele escreveu:

[...] obtidos graças a meus esforços junto aos Drs. Guilherme Guinle e César Rabelo, os quais os obtiveram do Sr. Paul McKee, então presidente da Companhia Brasileira de Energia Elétrica [...] por adiantamento de um contrato quando nenhum Banco do Rio de Janeiro quis emprestar ao Estado de Minas. Esse fato é confirmado pelo Dr. Raul Fernandes que, como consultor da Companhia, foi ouvido sobre o adiantamento.<sup>11</sup>

Um pouco antes de iniciar-se o movimento revolucionário, na madrugada do dia 2 para 3 de outubro de 1930 – data que iniciou a revolução –, Virgílio, Osvaldo Aranha e o coronel Góis Monteiro se reuniram com Getúlio Vargas no Palácio do Governo, no Rio Grande do Sul. O encontro teve o objetivo de confirmar o início do movimento armado para aquele dia e tomar conhecimento do manifesto redigido por Vargas para quando eclodisse a revolução. Como é possível perceber, Virgílio de Melo Franco esteve entre os protagonistas de primeira linha do movimento político que derrubou o governo de Washington Luiz, pondo fim à República Velha, mantendo estreita proximidade com seu líder máximo.

Uma vez deflagrada a insurreição, Virgílio participou ativamente do movimento armado, sendo responsável por importantes articulações entre os aliancistas. Quanto a isso, os arquivos conservam inúmeros registros, tais como correspondências suas com Góes Monteiro, Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha, Afrânio de Melo Franco e o coronel Lúcio Esteves, entre outros personagens de proa do movimento.

Não há como negar que Virgílio cumpriu importante função na Revolução de 1930. Ser aclamado “tenente civil” por seus companheiros revolucionários é um indício do reconhecimento pelas atividades que desenvolveu em prol do movimento. O jovem político mineiro exerceu inúmeras atividades indispensáveis para o êxito da causa: foi articulador, fez discursos, escreveu artigos, levantou recursos financeiros, angariou apoio e recrutou políticos para adesão à Aliança Liberal. Não obstante, após a vitória da Revolução de 1930, quando diversos cargos públicos foram distribuídos entre os participantes do movimento, Virgílio não aceitou nenhum. Segundo Carolina Nabuco,

Tinha, porém, uma ambição que nenhum dos amigos desconhecia – a interventoria em Minas. A qualquer vantagem do momento, preferiu aguardar uma mudança de circunstâncias que viesse a lhe abrir as portas do Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte. Sua situação, entretanto, era a de um dos homens de maior influência no Brasil.<sup>12</sup>

À ruptura institucional provocada pelo movimento revolucionário, seguiu-se o retorno das disputas políticas, agora entre os vitoriosos. Virgílio de Melo Franco foi protagonista de um desses embates, a disputa pela nomeação do interventor em Minas Gerais. Aliado da primeira hora de Getúlio Vargas – que contou com sua ajuda para ser empossado chefe do Governo Provisório –, esperava com esse cargo a retribuição

desejada pelos serviços prestados. A frustração por ter sido preterido permite entender o rompimento de Virgílio com Getúlio Vargas em 1933.

### De aliado a opositor

Os primeiros anos posteriores à Revolução de 1930 foram caracterizados por instabilidade política, que se expressou nas lutas e nos choques ocorridos entre as distintas forças sociais que disputaram espaço político no cenário nacional. Iniciado o Governo Provisório, os representantes das oligarquias tradicionais que ocupavam os cargos públicos foram substituídos por aliados do movimento reformista.<sup>13</sup> Tenentes e revolucionários civis mais próximos do núcleo do poder – Osvaldo Aranha, Góes Monteiro, Juarez Távora, João Alberto e Pedro Ernesto, entre outros – se reuniam habitualmente com Getúlio Vargas a fim de discutir sobre a distribuição desses cargos e sobre as estratégias de governo. Esse grupo foi denominado pela imprensa opositora de “Gabinete Negro” e Virgílio de Melo Franco dele participou.

A partir dessas reuniões foi proposta a criação de um partido que representasse os interesses do governo e defendesse as propostas revolucionárias. Assim, foi fundado o Clube Três de Outubro, sobre o qual Otávio Malta escreveu que “seria o instrumento vivo, buliçoso, de formulação da política tenentista”.<sup>14</sup> Em Minas Gerais, o Clube Três de Outubro foi denominado Legião Liberal Mineira. Fundada em fevereiro de 1931 por Francisco Campos, Gustavo Capanema e Amaro Lanari, essa organização contou com apoio do presidente do Estado, Olegário Maciel – único dirigente estadual mantido no cargo, por seu apoio à revolução desde a origem. Inicialmente, a Legião Liberal não tinha propósito de se constituir como partido político, mas pretendia ser apenas uma agremiação com a finalidade de formar mentalidades revolucionárias.



O período entre 1930 e 1933 foi marcado pela instabilidade política. Segundo a historiadora Helena Bomeny,<sup>15</sup> o presidente estadual Olegário Maciel demonstrava incapacidade de estabilizar a política mineira, o que ocasionou a intervenção, ainda que tímida, do Governo Provisório no Estado. Por essa inépcia, Olegário Maciel sofreu, em 1931, tentativa de golpe, com o objetivo de depô-lo e substituí-lo por Virgílio de Melo Franco. O golpe, ou “o grande equívoco”, como o episódio ficou conhecido, ocorreu em 18 de agosto, quando a comissão executiva do tradicional Partido Republicano Mineiro (PRM) – que apoiara a Revolução de 1930 – convocou seus correligionários para uma convenção com o propósito de redefinir a linha político-partidária e estabelecer um programa de ação para atuar na nova conjuntura.

O golpe contou com o apoio de Osvaldo Aranha, então ministro da Justiça do governo Vargas. Carta enviada por Hugo Soittuer a Virgílio de Melo Franco – o qual substituiria Olegário Maciel –, após o episódio “18 de agosto”, elucida o pensamento dos apoiadores dos golpistas. Nela, o missivista escreveu:

O desgoverno Olegário Maciel não conta com 15% da população e nem com a solidariedade integral da força pública, por isso que a indisciplina lavra nos quartéis. [...] A revolução foi obra de dois homens: do sr. e do Ministro Osvaldo Aranha e portanto ninguém com mais autoridade do que os senhores para dar a palavra decisiva sobre os acontecimentos mineiros.<sup>16</sup>

O presidente do Estado de Minas resistiu à tentativa do golpe com o apoio da Força Pública, contando também com sustentação política articulada por Gustavo Capanema e Amaro Lanari, que logo contataram Francisco Campos no Rio de Janeiro. Olegário Maciel contou também com a solidariedade de políticos de prestígio em Minas, entre eles, Antônio Carlos,

Wenceslau Brás e outros que se posicionaram contra sua deposição.

Após o fracasso do golpe, houve especulações sobre o possível envolvimento do Governo Provisório com o movimento. Isso gerou abalo nas relações do governo Vargas com Olegário Maciel. A atitude do poder central foi tentar reconquistar a confiança do presidente de Minas Gerais. Era necessário equilibrar as forças entre as oligarquias tradicionais e os reformistas civis e militares desse Estado, uma vez que São Paulo já demonstrava descontentamento com o governo federal.

Se Minas Gerais se unisse à causa paulista, haveria concentração de forças oposicionistas, o que acarretaria o enfraquecimento do Governo Provisório. Nesse sentido, Vargas propôs o “acordo mineiro”, que consistiu na coligação da Legião Liberal – o governo chefiado por Olegário – e do PRM – numerosa facção do antigo partido que obedecia à orientação de Artur Bernardes. O acordo foi assinado a 20 de fevereiro de 1932 por Gustavo Capanema, representando o governo estadual; Wenceslau Brás, pela Legião Mineira; e Virgílio de Melo Franco, pelo PRM. Esse movimento deu origem ao Partido Social Nacionalista (PSN), que em seu programa estabeleceu:

Os dois partidos, diante da situação excepcional que o Brasil atravessa e na qual todos os verdadeiros patriotas devem consagrar o pensamento e a acção aos destinos do país, consideram imperativo de patriotismo a unificação das forças políticas em Minas Geraes, afim de que possa o Estado cumprir integralmente os seus iniludíveis deveres para com a Nação. No empenho de estreitarem, de modo perfeito, os vínculos dessa cooperação resolvem os órgãos diretos dos dois partidos constituir numa comissão mista de seis membros, tirados em igual numero

de cada partido, com o encargo de estudar as constituições, os rumos, os programas e as ideologias dos dois partidos, com o fim de compatibiliza-los e apresentar estatutos e programas de uma só agremiação partidária.<sup>17</sup>

O PSN constituiu-se, portanto, em partido unindo forças antagônicas de Minas Gerais. Agregaram-se a ele políticos oligárquicos tradicionais e reformistas do grupo civil-tenentista, cabendo a eles, portanto, resolver internamente as disputas pelo poder estadual. Contudo, devido a sua composição por forças políticas opostas e de ideias divergentes, o partido se desfez em poucos meses. Seu fim se deu em maio de 1932, quando Wenceslau Brás renunciou à direção do PSN, paralelamente ao afastamento de Virgílio de Melo Franco de seus quadros.

A defecção desses políticos decorreu de posições opostas que mantinham em face da participação do PSN na formação do bloco pró-Constituinte, ao lado da Frente Única Paulista e da Frente Única Gaúcha. Enquanto Virgílio seria contrário à formação do bloco, Wenceslau Brás teria defendido a formalização dos entendimentos com os paulistas. Esse episódio foi decisivo para a dissolução do partido.

A vitória do governo federal sobre o movimento constitucionalista de 1932 repercutiu em Minas Gerais com a saída dos principais nomes vinculados às oligarquias mais tradicionais e a reaglutinação de forças em torno do governo estadual. Bomeny<sup>18</sup> afirma que esse fato contribuiu para a estabilidade da política mineira e seu alinhamento com o Governo Provisório. Em 1933, novo partido foi fundado, o Partido Progressista (PP), que se aliou aos ideais políticos de Vargas.

O programa do PP seguiu o ideário da Legião Liberal Mineira, combinando-o com propostas do PRM. Esse amálgama consistiu na defesa dos seguintes pontos:

criação da Justiça Eleitoral; independência do Poder Judiciário; liberdade de imprensa; expansão do crédito agrícola; colonização das terras devolutas; liberdade sindical; barateamento dos custos da produção de café; preservação das cidades históricas de Minas Gerais e criação de organismos culturais que incentivassem o aproveitamento de temas nacionais na música, na literatura e nas artes plásticas.<sup>19</sup>

Virgílio teve papel importante no Partido Progressista. Segundo Helena Bomeny, ele possuía “ligação com uma ala tenentista, o que vale dizer, sua afinidade com a definição de um projeto político mais centralizador, e seu ponto de referência política substantivo: o estado de Minas Gerais, francamente adepto de um modelo descentralizado”.

Com a criação desse partido, alcançou-se a estabilidade na política mineira. No entanto, a morte do presidente Olegário Maciel, em 5 de setembro de 1933, abriu um novo período de instabilidades em Minas Gerais. Esse contexto foi marcado por disputas entre tenentes e seus aliados civis contra grupos oligárquicos tradicionais em torno da escolha de um nome para a primeira interventoria do Estado, como é possível observar em carta de Cristiano Machado a Antunes Maciel:

A verdade é, porém, que este acontecimento<sup>20</sup> [...] deixa aos responsáveis pela direção do país, nas pontas de um dilema evidente, a oportunidade de uma larga e necessária conciliação de espírito, ou a lamentável continuação de um estado de coisas que urgia ser corrigido. [...]

Mas a simples nomeação do Interventor poderá desanuviar os horizontes, abrindo largas perspectivas do país, como poderá igualmente perturbar uma e outra, abrindo mais funda ainda a divisão de um grande

Estado da federação que se irmanou com o Rio Grande na luta de 1930 para marcar a linha de diferenciação de duas épocas na história político-social do Brasil.

Regredir aos processos, ao ambiente e ao ar impuro de outros tempos, seria um crime e um impossível. Mas equivalerá como uma tentativa criminosa a isso o significado da nomeação de quem possa, valendo-se da projeção de um cargo tão espinhoso, fazer reviver, pela expressão que signifique e pelas influencias a que se deixe seduzir, uma época contra cujos processos se levantou a Nação em armas.<sup>21</sup>

Cristiano Machado enfatizou, na carta acima citada, a importância do papel do interventor no caso mineiro. Em sua opinião, esse deveria ser o fiador dos interesses revolucionários de 1930, ao afirmar que o escolhido tanto “poderá desanuviar os horizontes, abrindo largas perspectivas do país”, quanto poderia propiciar o retorno à política oligárquica, e, “valendo-se da projeção de um cargo tão espinhoso, fazer reviver, pela expressão que signifique e pelas influencias a que se deixe seduzir, uma época contra cujos processos se levantou a Nação em armas”.

As disputas em torno do nome a ser escolhido não representou, unicamente, o interesse das forças políticas mineiras em ter, na figura do interventor, seus interesses defendidos. As disputas, e, conseqüentemente, a escolha de um titular para o cargo, estiveram relacionadas, principalmente, ao jogo político de Vargas, que pretendia dar à figura do interventor, segundo Maria Helena Castro,

[...] um caráter suprapartidário, devendo situar-se necessariamente, acima das forças estaduais. O interventor era oficialmente um mediador: representante do Governo Provisório no Estado e

porta-voz dos interesses estaduais junto ao poder central. Sua legitimidade e força condicionavam-se à sua capacidade de representar e intermediar os interesses estaduais e os federais, sem que se reduzisse a um ou outro.<sup>22</sup>

O interventor deveria ser, portanto, representante dos interesses estaduais, mas, principalmente, aliado do governo federal. Por assim ser, sua escolha garantiria o equilíbrio entre os poderes estadual e federal. Interessava a Vargas escolher entre os candidatos ao cargo aquele que representasse as posições tenentistas e, ao mesmo tempo, que mantivesse afinidades com os setores oligárquicos. Seguindo esse critério, dois nomes despontavam como prediletos à interventoria: Virgílio de Melo Franco e Gustavo Capanema. Ambos ostentavam trajetórias políticas semelhantes. Foram políticos tradicionais da Primeira República, compuseram a Aliança Liberal e eram aliados ao Governo Provisório. No entanto, dentro do Partido Progressista de Minas Gerais, Virgílio era tido como representante legítimo dos interesses tenentistas, enquanto Capanema, dos oligárquicos.

A decisão do chefe do governo entre Virgílio e Capanema implicaria aprofundar a cisão entre as forças políticas mineiras e, conseqüentemente, ia de encontro ao interesse de Getúlio em equilibrá-las. Nessa decisão, influenciou, também, a divergência no apoio dado por Flores da Cunha e Osvaldo Aranha, aliados gaúchos da primeira hora que divergiam nesse apoio. Flores da Cunha apoiou Gustavo Capanema, enquanto Osvaldo Aranha, Virgílio de Melo Franco. A escolha entre um e outro lado significaria o rompimento com a facção preterida, resultando em instabilidade no Governo Provisório, com repercussões na Constituinte que se planejava para 1934.

O dilema varguista era escolher uma entre as duas candidaturas postas e assim preferir a corrente oligárquica

ou a tenentista do Partido Progressista, o que poderia acarretar insatisfação para com o Governo Provisório por parte de uma dessas forças políticas. Vargas, adotando estratégia que evitasse o descontentamento de uma dessas facções com seu governo, optou por um terceiro nome – Benedito Valadares.

Após essa decisão, Virgílio rompeu com o governo e escreveu a Vargas uma carta contundente:

Eu nunca lhe pedi nada, Senhor Doutor Getúlio Vargas. Vaga a interventoria mineira, quando o senhor ainda se encontrava no Norte, não lhe dei um telegrama, não lhe escrevi uma carta, não pedi a ninguém para que, em meu favor, influísse sobre o senhor. Mas, não só com o senhor eu me mantive em atitude a mais discreta: não procurei, para tratar do assunto, nenhum dos seus ministros e nenhum dos próceres, destes muitos que por aí andam... depois do dia 24 de outubro de 1930.

No dia do seu regresso do Norte, tendo ido, como era do meu dever, espera-lo, o senhor próprio é testemunha de que só tornei a vê-lo quando o senhor mesmo me chamou ao Palácio do Catete, para comigo tratar do assunto mineiro. Depois disso, novamente convocado pelo senhor, fui informado de que era propósito seu nomear-me interventor em Minas. Este seu pensamento foi pelo senhor próprio comunicado ao Osvaldo, ao Juracy, e ao João Alberto. Não, pois, por mim, mas pelo senhor, souberam estes três bons amigos das suas intenções. Retardada a solução do caso mineiro e não tendo sido efetivado o Capanema nem nomeado eu ou o Waldomiro (candidato do Ministro Maciel), o “Correio da Manhã”, começou a campanha contra o meu nome, campanha que, de crescendo em crescendo, chegou, agora a injúria e a calúnia.



Fotografia de Virgílio de Melo Franco com seu pai, Afrânio de Melo Franco. Rio de Janeiro, 1930. In: FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1955.

Nestas condições, venho agradecer ao senhor os seus bons propósitos a meu respeito e dizer-lhe o seguinte:

Eu não quero ser interventor em Minas, como não quis ser tabelião, como não quis ser ministro no Uruguai, como não quis ser diretor do Banco do Brasil, como não quis ser presidente do Conselho Nacional do Café e como não quis, talvez, ser ministro da Justiça.

Vou renunciar amanhã o meu mandato de deputado para, sem garantias especiais, poder levar às suas últimas consequências a minha questão com o torpe indivíduo que, de dentro de uma carroça de lixo, quer se dirigir aos homens limpos.<sup>23</sup>

Como político, Virgílio de Melo Franco vivenciou as contradições inerentes aos primeiros anos após a Revolução de 1930. Foi ligado ao grupo reformista, apoiou o Governo Provisório, defendeu a centralização do poder. Ainda assim, dialogava com as oligarquias mineiras. No entanto, como aponta Helena Bomeny, nesse jogo político, Virgílio foi perdedor, enquanto Vargas, o principal vencedor. Por meio da decisão que tornou Benedito Valadares interventor de Minas Gerais, Getúlio pôde manter entre as forças políticas que o apoiavam o equilíbrio necessário para a continuidade de seu governo.

## Conclusão

Compreender a trajetória política de Virgílio de Melo Franco requer entendê-lo não apenas como personagem político, mas levar também em conta seus interesses pessoais, dimensão que não deve ser ignorada no estudo de sua trajetória de vida. Ele esteve envolvido em vários contextos políticos de seu tempo. Atravessou a Primeira República atuando como político tradicional, participou em seguida da Aliança Liberal, destacou-se na Revolução de 1930, foi aliado de Getúlio Vargas e, por fim, rompeu com o movimento que ajudara a chegar ao poder. Vitorioso o movimento insurrecional de 1930, Virgílio poderia ter atuado em algum cargo público oferecido por Vargas. No entanto, segundo sua biógrafa, Carolina Nabuco, ele não o aceitou, pois visava algo maior – a interventoria mineira.

Dessa forma, é possível afirmar que o afastamento entre Virgílio de Melo Franco e Getúlio Vargas foi

oriundo não propriamente de divergências políticas, mas do ressentimento com a decisão de Vargas de nomear Benedito Valadares para a interventoria de Minas Gerais, cargo que constituía sua maior ambição. Esse fato, de ordem pessoal, deve ser considerado na análise de suas decisões no plano político.

Em outras palavras, apesar de representante legítimo da ruptura política de 1930, o comportamento de Virgílio de Melo Franco continuou a se pautar pelos critérios da Primeira República, quando então o acordo entre as elites – e não a representatividade política – era o critério para ascensão aos cargos públicos.

---

**RESUMO** | O artigo analisa a trajetória de Virgílio de Melo Franco entre os anos 1929 e 1933. Compreende a Revolução de 1930 e disputas políticas ocorridas entre a oligarquia dissidente e o grupo reformista em Minas Gerais durante o Governo Provisório. Aborda estratégias políticas de Getúlio Vargas para equilibrar essas forças sociais e como algumas delas resultaram no rompimento de Virgílio com seu governo.

**ABSTRACT** | The article analyzes the career of Virgílio de Melo Franco from 1929 to 1933, a period that included the Revolution of 1930 and political disputes between dissident oligarchs and the reformist group in Minas Gerais during the Provisional Government. It treats political strategies of Getúlio Vargas to balance these social forces, and how some of these strategies resulted in the break between Virgílio and the Vargas administration.

---

## Notas

1. Segundo Cláudia Viscardi, para pertencer à elite mineira, eram necessários os seguintes requisitos: ser do gênero masculino, ser branco, ter curso superior, ter laços de parentescos com outros membros da elite política e ser originário de uma das regiões politicamente importantes do Estado. Para mais, ver: VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do “café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001. WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

2. FRANCO, Virgílio de Melo. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/virgilio\\_de\\_melo\\_franco](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/virgilio_de_melo_franco)>. Acesso em: 4 ago. 2014.

3. Carta de Virgílio de Melo Franco a Pedro Aleixo, 9 de setembro de 1945. Arquivo Virgílio de Melo Franco, CPDOC-FGV.

4. ARANHA, Osvaldo. Prefácio. In: FRANCO, Virgílio Alvim de Melo. *Outubro 1930*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. XXII.

5. Nesse drama, Ariel foi o responsável pelo naufrágio dos usurpadores, ocasionando, então, o retorno do trono a Próspero, legítimo duque de Milão.

6. A campanha liberal em Minas. *O Jornal*, 14 de setembro de 1929, p. 3.

7. FRANCO, Virgílio de Melo. O estilo é o homem. *Diário Carioca*, 28 de novembro de 1929, p. 1.

8. ARANHA, Osvaldo. Prefácio. In: FRANCO, Virgílio Alvim de Melo. *Outubro 1930*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. XXII.

9. Bóris Fausto faz referência aos “tenentes civis”, como ficaram conhecidos Osvaldo Aranha, Pedro Ernesto, Virgílio de Melo Franco, Carlos de Lima Cavalcanti e João Neves da Fontoura. Cf. FAUSTO, Bóris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1970. Dulce Pandolfi também faz referência ao termo. Cf. PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: volume 2 – O tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

10. LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: volume 1 – O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 347.

11. NABUCO, Carolina. *A vida de Virgílio de Melo Franco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962. p. 9.

12. NABUCO. *A vida de Virgílio de Melo Franco*, p. 68.

13. Este trabalho utiliza as definições de Dulce Pandolfi, que defende ter havido, na década de 1930, disputas sociais entre as oligarquias dissidentes dos grupos políticos tradicionais e os tenentistas e seus aliados civis. Para mais, ver: PANDOLFI. Os anos 1930.

14. MALTA, Octavio. *Os tenentes na revolução brasileira*: Edição ilustrada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969. v. 47, p. 50-51. Apud CARONE, Edgard. *O tenentismo*. São Paulo: Difel, 1975. p.177.

15. BOMENY, Helena Maria Bousquet. A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política nos anos 30. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Regionalismo e centralização política: partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

16. Carta de Hugo Soittuer a Virgílio de Melo Franco, datada de 21 de agosto de 1931, Arquivo Virgílio de Melo Franco, série Correspondências, CPDOC- FGV.

17. Carta a Virgílio de Melo Franco, fevereiro de 1932. Arquivo Virgílio de Melo Franco, série Correspondências, FGV-CPDOC.

18. Carta a Virgílio de Melo Franco, fevereiro de 1932. Arquivo Virgílio de Melo Franco, série Correspondências, FGV-CPDOC.

19. VMF c 32.02.00, Arquivo Virgílio de Melo Franco, série Correspondências, CPDOC-FGV.

20. O acontecimento a que ele se refere é a morte de Olegário Maciel e a consequente disputa em torno do nome para a interventoria mineira.

21. Carta de Cristiano Machado a Antunes Maciel. VMF c 33.09.05-A, Arquivo Virgílio de Melo Franco, série Correspondências, CPDOC-FGV.

22. CASTRO, Maria Helena de Magalhães. O Rio Grande do Sul no pós-30: de protagonista a coadjuvante. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Regionalismo e centralização política: partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 52.

23. Carta de Virgílio de Melo Franco a Getúlio Vargas, 26 de novembro de 1933. Arquivo Virgílio de Melo Franco, série Correspondências, CPDOC-FGV.

---

**Flavia Salles Ferro** é graduada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) e mestrandista dessa disciplina no curso de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde desenvolve pesquisa sobre a trajetória política de Virgílio de Melo Franco. Possui interesse na área de História do Brasil República, com ênfase nos estudos de História Política e História Cultural. E-mail: [flavia.sferro@gmail.com](mailto:flavia.sferro@gmail.com)